



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Serviço de Licitações

PROCESSO ADMINISTRATIVO: SEI-070002/013630/2024

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 006/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços em apoio à operação do Centro de Triagem de Animais Silvestres de Seropédica (CETAS-Seropédica/RJ) e das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) localizadas no Estado do Rio de Janeiro, em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 24/2024 (ACT 24/2024), celebrado entre o INEA e o IBAMA, para a gestão compartilhada do CETAS-Seropédica/RJ e das ASAS.

I. DO RELATÓRIO

Cuida-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2025, apresentada pela empresa RAIZ – CONSULTORIA HÍDRICA E AMBIENTAL LTDA. – EPP, doravante denominada Impugnante, em face de disposições constantes do instrumento convocatório.

Em síntese, a Impugnante sustenta que a exigência editalícia relativa à qualificação técnico-operacional restringe indevidamente a competitividade do certame ao limitar a comprovação de experiência exclusivamente à atuação em Centros de Triagem de Animais Silvestres – CETAS, sem admitir experiências tecnicamente equivalentes desenvolvidas em Jardins Zoológicos.

Alega que as atividades técnicas realizadas em zoológicos guardam similaridade funcional e operacional com aquelas desenvolvidas em CETAS, notadamente quanto ao manejo, atendimento, reabilitação e cuidados com animais silvestres em cativeiro, razão pela qual a ampliação da exigência contribuiria para o aumento da competitividade, sem prejuízo à execução do objeto.

Instada a se manifestar, a área técnica competente apresentou manifestação específica por meio do doc. SEI nº 121249563, cujas conclusões subsidiam a presente decisão.

É o relatório.

II. DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação, devendo o pedido ser apresentado até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame, conforme igualmente previsto no instrumento convocatório.

Verifica-se que a Impugnação foi recebida em 15/12/2025, por meio de correio eletrônico, nos termos do item 8.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2025, atendendo aos requisitos formais e temporais de admissibilidade, razão pela qual deve ser conhecida.

III. DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

Considerando o conteúdo eminentemente técnico da matéria impugnada, especialmente no que se refere à natureza das atividades exigidas para a execução do objeto, os autos foram encaminhados à área técnica responsável.

A unidade técnica manifestou-se no sentido de que, embora os CETAS possuam natureza específica, com fluxos operacionais e complexidades próprias, há similaridades técnicas relevantes em relação às atividades desenvolvidas em Jardins Zoológicos, sobretudo no que concerne ao manejo, atendimento veterinário e reabilitação de animais silvestres.

Destacou-se, ainda, que, à luz das normativas vigentes que disciplinam as categorias de fauna silvestre em cativeiro no Estado do Rio de Janeiro, notadamente a Resolução INEA nº 157/2018 e a Instrução Normativa IBAMA nº 07/2015, tanto os CETAS quanto os Jardins Zoológicos figuram como empreendimentos que exigem corpo técnico especializado e estruturas mínimas semelhantes.

Ao final, a área técnica concluiu pela necessidade de retificação da parcela de relevância técnico-operacional constante do Anexo I – Qualificação Técnica e Matriz de Responsabilidades do Edital, de modo a ampliar a exigência de comprovação de experiência para abranger, além dos CETAS, a categoria de fauna silvestre em cativeiro denominada Jardim Zoológico.

IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO

A controvérsia cinge-se à adequação e proporcionalidade da exigência de qualificação técnico-operacional prevista no instrumento convocatório.

Consoante ao entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, as exigências de habilitação técnica devem guardar estrita pertinência com o objeto da contratação, restringindo-se ao necessário para assegurar a adequada execução contratual, sob pena de afronta aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

No caso em exame, restou evidenciado, a partir da manifestação técnica especializada, que as atividades desenvolvidas em Jardins Zoológicos apresentam equivalência técnica suficiente em relação às exigidas para a execução do objeto licitado, notadamente quanto ao manejo, atendimento e cuidados com animais silvestres em cativeiro.

A ampliação da exigência de qualificação técnico-operacional, tal como proposta, observa os princípios da razoabilidade, da competitividade e da proporcionalidade, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso do INEA em assegurar tratamento

isonômico entre os licitantes, nos termos do art. 11, inciso II, da referida Lei.

O entendimento ora adotado encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, segundo a qual a discricionariedade administrativa na definição das exigências técnicas do edital encontra limites nos princípios constitucionais e legais que regem as licitações públicas, sendo vedada a imposição de requisitos desprovidos de justificativa técnica que restrinjam a competitividade. Nesse sentido:

“DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. DIRECIONAMENTO DO EDITAL. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DESPROVIDAS DE JUSTIFICATIVA. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA RAZOABILIDADE. CONCESSÃO DA ORDEM MANTIDA. A Administração Pública possui discricionariedade para definir as condições técnicas do objeto licitado, mas essa prerrogativa encontra limite nos princípios da isonomia, da competitividade e da razoabilidade, previstos no art. 37, XXI, da Constituição Federal e nos arts. 3º, §1º, I, e 41 da Lei nº 8.666/1993. **As exigências técnicas devem restringir-se ao estritamente necessário à execução do contrato**, sendo vedada a formulação de especificações que impliquem direcionamento da disputa ou privilegiem fornecedor determinado.” (TJ-RJ, Remessa Necessária nº 0002138-54.2022.8.19.0004, Relatora Desembargadora Renata Maria Nicolau Cabo, Sexta Câmara de Direito Público, julgado em 02/12/2025, publicado em 04/12/2025). *(grifo nosso)*

Dessa forma, a retificação do edital, nos moldes propostos, além de tecnicamente justificada, alinha-se ao entendimento jurisprudencial dominante, contribuindo para a ampliação da competitividade do certame sem prejuízo da segurança e da adequada execução do objeto.

V. DA DECISÃO

Ante o exposto, com supedâneo na manifestação da área técnica, doc.SEI 121249563, **CONHEÇO** a Impugnação apresentada pela empresa RAIZ – CONSULTORIA HÍDRICA E AMBIENTAL LTDA. – EPP, por estar revestida dos pressupostos de admissibilidade e, no mérito, **DOU PROVIMENTO**, para que seja efetuada a retificação do Anexo I – Qualificação Técnica e Matriz de Responsabilidades do Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2025, para que a exigência de comprovação de experiência técnico-operacional passe a admitir, além da atuação em Centros de Triagem de Animais Silvestres – CETAS, a experiência comprovada em Jardins Zoológicos, nos termos técnicos delineados.

Considerando que a alteração no Anexo I do Edital é de natureza substancial e impacta diretamente a formulação das propostas, nos termos do art. 55, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, determino a adoção das providências necessárias à adequação do instrumento convocatório, com a devida publicidade e reabertura dos prazos, conforme a legislação vigente.

É a decisão.

RAYSSA VIEIRA MARQUES
Chefe do Serviço de Licitações
Pregoeira
ID. Funcional 5118440-0

Rio de Janeiro, 17 dezembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Vieira Marques, Chefe de Serviço**, em 17/12/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **121260617** e o código CRC **1F6475E6**.

Referência: Processo nº SEI-070002/013630/2024

SEI nº 121260617

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: